

DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A

Companhia Aberta - CNPJ: 03.303.999/0001-36 - NIRE: 4130001789-1

Relatório da Administração 2021

Aos Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a DTCOM Direct to Company S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que inclui, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), suas interpretações técnicas (ICPC) e orientações (OCPC), as instruções e demais orientações emitidas e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), as quais, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e que estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **1. Quem Somos:** São mais de 20 anos de história e pioneirismo na educação digital. Começamos com a solução via satélite, passamos pela educação on-line, e hoje somos referência no ensino digital. Ajudamos diversas empresas e instituições de ensino a fazerem a educação chegar mais longe, contribuindo com o desenvolvimento de milhões de pessoas ao longo de nossa história. Nossa operação digital está sediada em Florianópolis, verdadeiro hub brasileiro de tecnologia. Contamos com uma equipe multidisciplinar e com foco educacional. Em Curitiba, temos toda infraestrutura de telecomunicação; em São Paulo, acontece nossa operação audiovisual e é onde decidimos fixar nosso escritório comercial para ficarmos mais próximos dos nossos clientes. Desde 2000, a DTCOM desenvolve processos com transparência e solidez, além de contar com um time de renome no conselho de acionistas, que depositam sua confiança em nossos resultados. DTCOM realiza desenvolvimento e produção de conteúdo digital através dos seus canais, atendendo clientes corporativos e instituições acadêmicas. Além de desenvolver conteúdo técnico, acadêmico entre outros, customizado (Inteligência Educacional e WAYCO), a DTCOM oferece por meio de suas plataformas tecnológicas acervos de cursos e treinamentos para o desenvolvimento de pessoas, bem como de gestão de aprendizagem, colaboração e gestão do conhecimento (DTcom2GO). Somos movidos pela aprendizagem digital. Afinal, estamos em constante movimento para enfrentar os desafios do dia a dia e propor soluções educacionais que mobilizam a sociedade ao nosso redor. É por isso que a DTCOM entrega o que há de melhor para você fazer a diferença desde a sua formação até o contínuo desenvolvimento de competências para o seu sucesso profissional. **2. Onde atuamos:** Estamos presentes em toda a vida do indivíduo, desde a formação básica até a superior, seja com soluções completas em grandes grupos educacionais ou com tecnologia de base para empresas que buscam formar os seus colaboradores com foco em competências. É por isso que a DTCOM atua de maneira ampla, trazendo produtos e serviços com foco na experiência do indivíduo. **3. Estrutura Societária:** O capital social, subscrito e integralizado é de 68.223.102,16 (sessenta e oito milhões, duzentos e vinte e três mil, cento e dois reais e dezesseis centavos), divididos em 10.680.476 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil e quatrocentos e setenta e seis) ações ordinárias e 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais, todas sem valor nominal. Todas as ações da Companhia são escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei 6404/76. As ações preferenciais possuem preferência na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio no caso de Liquidação da Companhia, e, no direito a percepção de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. **4. Performance no mercado de ações:** A Companhia negocia suas ações na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), com o código DTCY3. Em 31 de dezembro de 2021 haviam 431.374 ações ordinárias em circulação no mercado, correspondentes a 3,87% do capital social da Companhia. **5. Conselho de Administração - CA:** É um órgão de deliberação colegiado, eleito pela Assembleia Geral dos Acionistas e composto por composto de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 7 (sete) membros, acionistas, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo na forma do Estatuto Social da DTCOM. O mandato é de 03 (três) anos, permitida a reeleição. As reuniões extraordinariamente ocorrem sempre que necessário. A Companhia conta com a participação de grupos empresariais e de investidores como a, MAG Seguros e Previdência, Ouro Verde Investimentos e Participações S.A., Augustus Administração, F. Mota Administração e o Grupo Petrelli. **6. Diretoria:** É um órgão de deliberação colegiado que tem como atribuição a gestão dos negócios da DTCOM, seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Composta por até 07 (sete) membros, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País. O mandato é de 03 (três) anos, permitida a reeleição. A Companhia somente poderá assumir obrigações mediante a assinatura conjunta de dois Diretores, sendo um deles o Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, de um Diretor conjunta-

mente com um procurador, ou de dois procuradores com poderes especiais. O Conselho de Administração poderá autorizar um só Diretor a representar a Companhia, para a prática de determinados atos ou negócios, devendo a ata de reunião mencionar expressamente os atos e operações e ser arquivada no Registro do Comércio. Os mandatários da Companhia serão sempre constituídos por procuração assinada pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, na qual serão especificados os poderes outorgados e o prazo do mandato que, com exceção dos mandatos "ad judicia", não poderá ser superior a 1 (um) ano. **7. Desempenho econômico-financeiro:** A análise de desempenho da Companhia remete ao aprofundamento dos balizares do negócio, como meio de identificar as ameaças, oportunidades e definir diretrizes que busquem a perenidade do projeto. A queda de receitas em 2021, no comparativo com o mesmo período do ano anterior, foi em razão da aceleração na produção de conteúdo sob demanda, impulsionadas principalmente por dois grandes clientes nos primeiros seis meses de 2020. Já em 2021, a Companhia teve redução no ingresso de novos projetos, influenciado pelo cenário econômico atual.

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas		
. Prestação de serviços	9.660	16.818
Total das Receitas Operacionais	9.660	16.818
Dedução das Receitas Operacionais		
. Impostos sobre vendas	(84)	(306)
. Receita a Realizar diferida		(1.601)
Total das deduções	(84)	(1.907)
Total das Receitas Operacionais, Líquidas	9.576	14.911

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos incluindo de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31.12.2021	31.12.2020
Total de Empréstimos (nota 11)	1.752	2.888
Menos: Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	(1.155)	(3.554)
Dívida Líquida	597	(666)
Total do Patrimônio Líquido	232	5.050
Total do Capital	829	4.384
Índice de alavancagem financeira	72%	-15%

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta um excesso de passivo circulante em relação a seu ativo circulante no montante de R\$ 3.846 e um prejuízo de R\$ 4.818. Parte substancial deste prejuízo é em virtude da baixa do Imobilizado dos itens que estavam classificados como ativo intangível, para os quais não se esperávamos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. As ações planejadas e que vem sendo realizadas são: - A Companhia conseguiu negociação com a Prefeitura Municipal de Quatro Barras parte do ISS a pagar e ISS a restituir, sem incorrer em juros de atualização, estando o saldo remanescente em análise da prefeitura, que pode resultar na compensação de cerca de R\$ 530 mil; - A Companhia reduziu significativamente os custos fixos, readequou suas operações deixando de incorrer em aluguel com a devolução de escritórios locados e a utilização intensiva do home-office; - Impostos a recolher: a Administração da Companhia, visando a adequação de seu fluxo de caixa às obrigações tributárias, também acompanha as decisões dos órgãos governamentais a fim de incluir seus débitos de natureza tributária e não tributária, em programas de parcelamentos e/ou benefícios fiscais (redução de multas e juros, utilização de créditos tributários e prejuízos fiscais) e assim regularizar débitos tributários federais, estaduais e/ou municipais; - Gestão de Fluxo de caixa, apresentou desafios para a gestão imediata do fluxo de caixa sendo necessário o controle e corte de gastos para a minimização das saídas e a Administração da Companhia segue fazendo a gestão do seu caixa diariamente com definições de ações para buscar a melhor solução financeira a fim de preservá-lo; - A Companhia não captou novos empréstimos que estejam relacionados à pandemia, mas tem linhas de crédito disponíveis, que, em uma necessidade imediata podem ser obtidas com aval dos acionistas ou supridas por eles no curto prazo, como já realizado em anos anteriores; - Os prazos de pagamentos aos seus fornecedores estão normalizados; Clientes dos desafios presentes e futuros, a Administração da Companhia permanece segura quanto à execução do seu plano estratégico e segue trabalhando diariamente para garantir a continuidade operacional, que tem como objetivo final nada

além da preservação do caixa da Companhia pelos próximos anos e a retomada gradual e orgânica das operações. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia desativou um de seus segmentos operacionais o "Teleporto". A representatividade deste segmento no total da receita da companhia era apenas de 14%, conforme demonstrado abaixo. A desativação deste segmento não trará impactos para o fluxo de caixa da companhia tendo em vista sua representatividade no total da receita.

	31.12.2021	
	Receita Líquida	%
Fábrica Acadêmico	7.176	64%
Fábrica Corporativo	759	7%
Acervo/Sistemas	1.642	15%
Teleporto	1.618	14%
	11.194	100%

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Administração acredita que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, os diretores entendem que a Companhia tem capacidade para contratá-los. A Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. A Companhia acredita que possui estrutura de capital adequada a suas operações e nível confortável de alavancagem financeira. A administração da Companhia acompanha com atenção a evolução da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), bem como seus reflexos na economia global e no mercado brasileiro. Foram adotadas as medidas recomendadas pelas autoridades competentes para proteger a saúde de seus colaboradores e buscar impedir qualquer interrupção em suas atividades operacionais. A administração segue com foco na segurança das pessoas, continuidade de nossas operações e monitoramento da liquidez. A Companhia monitora periodicamente a necessidade de reavaliação das premissas de classificação de risco dos clientes que baseiam o cálculo da estimativa de perdas por créditos de liquidação duvidosa, bem como a existência dos indicadores de impairment sobre o ativo imobilizado e ativo intangível. Até a emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não identificou a necessidade de alteração relevante na classificação de risco de seus clientes que gerasse incremento material no montante estimado de perda por créditos de liquidação duvidosa registrado em 31 de dezembro de 2021 ou outros efeitos adversos a serem contabilizados nestas demonstrações financeiras. A retomada dos diversos setores e a volta gradual e segura das atividades presenciais nas instituições de ensino desenharam um novo normal para a vida dos brasileiros. Um esforço em conjunto se faz necessário para que as adaptações sejam feitas e o futuro continue sendo construído a partir de agora. Sem dívida, a educação faz parte dessa construção. **8. Relacionamento com Acionistas e Investidores:** Para maiores esclarecimentos, acionistas e investidores podem entrar em contato pelo telefone (55) (41)3671-9000, enviando um e-mail para ri@dtcom.com.br ou cristiane@dtcom.com.br ou através do Fale com RI do site de Relações com Investidor. **9. Recursos Humanos:** Temos a convicção que a execução de nossa estratégia depende de profissionais que tenham uma direção clara, alinhamento com os planos e comprometimento e identificação com os valores da organização. A política de recursos humanos adotada pela Companhia visa a valorização do indivíduo e retenção de talentos. A Companhia adota uma política salarial e de benefícios compatíveis com o mercado e investe intensamente na capacitação e motivação dos seus colaboradores. A Companhia está constantemente preocupada com o ambiente de trabalho, incentivando a discussão de ideias e possibilitando a participação de todos nos processos decisórios. **10. Relacionamento com Auditores Independentes:** Com o objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a DTCOM informa que a Mazars Auditores, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2021. A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **11. Agradecimentos:** A Administração renova os agradecimentos aos nossos Clientes, pela confiança novamente depositada na Companhia, pois é essa parceria que nos motiva a trilhar sempre o caminho da excelência, e aos Integrantes, Parceiros e Fornecedores, pela dedicação e competência, essenciais para o alcance de nossas conquistas e resultados. Nossos agradecimentos também se estendem aos Acionistas, pelo apoio na concretização dos projetos estratégicos da Companhia, e que são fundamentais para o seu fortalecimento. Quatro Barras, 29 de março de 2022. A Diretoria, **Dtcom Direct To Company S/A.**

Ativo	Balanços Patrimoniais em 31/12/2021 e de 31/12/2020 (Valores expressos em milhares de reais)	
	31.12.2021	31.12.2020
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	1.155	3.554
Contas a receber de clientes (Nota 5)	2.088	1.532
Impostos a recuperar (Nota 6)	1.385	1.579
Adiantamentos a fornecedores	20	77
Outras contas a receber	21	45
Despesas do exercício seguinte	84	88
Total do ativo circulante	4.753	6.875
Não Circulante		
Realizável e Longo Prazo		
Contas a receber de clientes (Nota 5)	3.071	4.371
Outros créditos	-	54
Ativo mantido para venda (Nota 21)	-	1.349
	3.071	5.774
Imobilizado (Nota 7)	1.375	3.157
Intangível (Nota 8)	5.947	9.814
	7.322	12.971
Total do ativo não circulante	10.393	18.745
Total do Ativo	15.146	25.620

Passivo	Balanços Patrimoniais em 31/12/2021 e de 31/12/2020 (Valores expressos em milhares de reais)	
	31.12.2021	31.12.2020
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	511	1.214
Fornecedores (Nota 10)	96	2.182
Impostos e contribuições a recolher (Nota 13)	5.830	6.753
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 12)	852	1.123
Passivo de arrendamento (nota 20)	-	458
Outras contas a pagar	1.310	285
Total do passivo circulante	8.599	12.015
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	1.241	1.674
Impostos e contribuições a recolher (Nota 13)	4.774	4.545
Provisão para contingências (Nota 22)	-	71
IRPJ e CSSL diferidos	-	99
Passivo de arrendamento (nota 20)	-	889
Adiantamento de clientes (Nota 12)	300	1.277
Total do passivo não circulante	6.315	8.555
Patrimônio Líquido		
Capital social realizado (Nota 14. a)	68.223	55.246
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 14. d)	-	12.977
Reserva de capital (Nota 14. b)	150	150
Reserva de reavaliação (Nota 14. c)	-	193
Prejuízos acumulados	(68.141)	(63.516)
Total do patrimônio líquido	232	5.050
Total do Passivo	15.146	25.620

Capital social	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores expressos em milhares de reais)	
	31.12.2021	31.12.2020
Em 31 de dezembro de 2019	55.090	
Lucro do exercício		233
Aumento de Capital Subscrito	156	
Realização da reserva de reavaliação		(16)
Em 31 de dezembro de 2020	55.246	150
Prejuízo do exercício		(4.818)
Aumento de capital subscrito	12.977	(12.977)
Realização da reserva de reavaliação		(193)
Em 31 de dezembro de 2021	68.223	(68.141)

Capital social	Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os trimestres findos em 31/12/2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)	
	31.12.2021	31.12.2020
Em 31 de dezembro de 2019	55.090	
Lucro do exercício		233
Aumento de Capital Subscrito	156	
Realização da reserva de reavaliação		(16)
Em 31 de dezembro de 2020	55.246	150
Prejuízo do exercício		(4.818)
Aumento de capital subscrito	12.977	(12.977)
Realização da reserva de reavaliação		(193)
Em 31 de dezembro de 2021	68.223	(68.141)

Capital social	Demonstrações do Valor Adicionado findos em 31/12/2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)	
	31.12.2021	31.12.2020
Em 31 de dezembro de 2019	55.090	
Lucro do exercício		233
Aumento de Capital Subscrito	156	
Realização da reserva de reavaliação		(16)
Em 31 de dezembro de 2020	55.246	150
Prejuízo do exercício		(4.818)
Aumento de capital subscrito	12.977	(12.977)
Realização da reserva de reavaliação		(193)
Em 31 de dezembro de 2021	68.223	(68.141)

Capital social	Demonstrações do Valor Adicionado findos em 31/12/2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)	
	31.12.2021	31.12.2020
Em 31 de dezembro de 2019	55.090	
Lucro do exercício		233
Aumento de Capital Subscrito	156	
Realização da reserva de reavaliação		(16)
Em 31 de dezembro de 2020	55.246	150
Prejuízo do exercício		(4.818)
Aumento de capital subscrito	12.977	(12.977)
Realização da reserva de reavaliação		(193)
Em 31 de dezembro de 2021	68.223	(68.141)

1 Contexto Operacional: A Dtcom - Direct to Company S.A. ("Dtcom" ou "Companhia"), é uma sociedade de capital aberto, com sede em Quatro Barras, Paraná e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) sob o código DTCY3, Nível Básico. A Companhia realiza desenvolvimento e produção de conteúdo digital através dos seus canais, atendendo clientes corporativos e instituições acadêmicas. Além de desenvolver conteúdo técnico e acadêmico, a DTCOM oferece por meio de suas plataformas tecnológicas acervos de cursos e treinamentos para o desenvolvimento de pessoas, bem como de gestão de aprendizagem, colaboração e gestão do conhecimento (DTcom2GO). A Companhia conta com a participação de grupos empresariais e de investidores como a, MAG Seguros e Previdência, Ouro Verde Investimentos e Participações S.A., Augustus Administração, F. Mota Administração e o Grupo Petrelli. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia desativou

Demonstração do Resultado para os Trimestres findos em 31/12/2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por lote de mil ações)	31.12.2021		31.12.2020	
	Receita Líquida	%	Receita Líquida	%
Receita operacional líquida (Nota 15)	9.576	64%	16.578	64%
Custo dos serviços prestados (Nota 16)	(7.428)		(11.595)	
Lucro (Prejuízo) Bruto	2.148		4.983	
Receitas (despesas) operacionais (Nota 17)				
Despesas administrativas e gerais	(2.705)	(26,76%)	(2.676)	(26,76%)
Despesas com vendas	(1.116)	(11,17%)	(1.197)	(11,17%)
Honorários da administração	(1.160)	(11,60%)	(896)	(8,96%)
Outras receitas (despesas) operacionais	(723)	(7,23%)	1.006	(10,06%)
Outras receitas	(1.228)	(12,28%)	-	
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	(4.784)		1.220	
Receitas financeiras (Nota 18)	42	(0,42%)	27	(0,27%)
Despesas financeiras (Nota 18)	(867)	(8,67%)	(1.014)	(10,14%)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(5.609)		233	
Lucro Proveniente das Operações descontinuadas	791	(7,91%)	-	
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(4.818)		233	
Quantidade de ações ao final do exercício	11.131		7.789	
Lucro por ação no final do exercício	(0,4328)		0,0299	

Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por lote de mil ações)	31.12.2021		31.12.2020	
	Receita Líquida	%	Receita Líquida	%
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(4.818)		233	
Outros resultados abrangentes	-		-	
Resultado abrangente do exercício	(4.818)		233	

um de seus segmentos operacionais o "Teleporto". A representatividade deste segmento no total da receita da companhia era de 14%, conforme demonstrado abaixo.

Segmento	31.12.2021	
	Receita Líquida	%
Fábrica Acadêmico	7.176	64%
Fábrica Corporativo	759	7%
Acervo/Sistemas	1.642	15%
Teleporto	1.618	14%
	11.194	100%

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na premissa de continuidade operacional, que contempla a continuidade das operações, realização de ativos e de passivos e compromissos no curso normal dos negócios. A avaliação da Administração considera o plano de negócios da Companhia que inclui ações futuras planejadas, bem como premissas relevantes do setor da macroeconomia. As premissas foram atualizadas para considerar os principais cenários possíveis esperados pela Companhia com base em todas as informações relevantes disponíveis até a data de autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta um excesso de passivo circulante em relação a seu ativo circulante no montante de R\$ 3.846 e um prejuízo no exercício de R\$ 4.818. Parte substancial deste prejuízo é em virtude da baixa do Imobilizado dos itens que estavam classificados como ativo intangível, para os quais não se esperava benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços e pela perda de contratos com clientes e postergação de projetos (Nota 15). As projeções vendas e de fluxo de caixa preparadas pela Administração e apresentadas ao Conselho de Administração para 2022, indicam uma posição de liquidez suficiente para atender aos compromissos de curto prazo e compromissos de investimentos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade e linhas de crédito disponíveis para contratá-los. Ademais, a Administração planeja ações que estará e vem sendo implementadas, objetivando a melhora do cenário econômico e financeiro da Companhia, dentre elas: - Conseguiu negociação com a Prefeitura Municipal de Quatro Barras parte do ISS a pagar e ISS a restituir, sem incorrer em juros de atualização, estando o saldo remanescente em análise da prefeitura, que pode resultar na compensação de cerca de R\$ 530 mil; - Reduziu significativamente os custos fixos, readequou suas operações deixando de incorrer em aluguel com a devolução de escritórios locados e a utilização intensiva do home-office; - Visando a adequação de seu fluxo de caixa às obrigações tributárias, também acompanha as decisões dos órgãos governamentais a fim de incluir seus débitos de natureza tributária e não tributária, em programas de parcelamentos e/ou benefícios fiscais (redução de multas e juros, utilização de créditos tributários e prejuízos fiscais) e assim regularizar débitos tributários federais, estaduais e/ou municipais; - Segue fazendo a gestão do seu caixa diariamente com definições de ações para buscar a melhor solução financeira a fim de preservá-lo, como o controle e corte de gastos; - Não captou novos empréstimos que estejam relacionados à pandemia, mas tem linhas de crédito disponíveis, que, em uma necessidade imediata podem ser obtidas com aval dos acionistas ou supridas por eles no curto prazo, como já realizado em anos anteriores; - Os prazos de pagamentos aos seus fornecedores estão normalizados; Clientes dos desafios presentes e futuros, a Administração da Companhia permanece segura quanto à execução do seu plano estratégico e segue trabalhando diariamente para garantir a continuidade operacional, que tem como objetivo final nada além da preservação do caixa da Companhia pelos próximos anos e a retomada gradual e orgânica das operações, sustentada, também na percepção da solidificação cada vez maior de alunos procurando aulas remotas, situação que foi acelerada com o advento da pandemia do COVID-19. **Pandemia de Coronavírus (COVID-19):** A administração da Companhia acompanha com atenção a evolução da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), bem como seus reflexos na economia global e no mercado brasileiro. Foram adotadas as medidas recomendadas pelas autoridades competentes para proteger a saúde de seus colaboradores e buscar impedir qualquer interrupção em suas atividades operacionais. A administração segue com foco na segurança das pessoas, continuidade de nossas operações e monitoramento da liquidez. A Companhia avaliou seus principais contratos junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia do COVID-19, as suas principais obrigações contratuais foram cumpridas. A Companhia monitora periodicamente a necessidade de reavaliação das premissas de classificação de risco dos clientes que baseiam o cálculo da esti-

...continuação

DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A - Companhia Aberta - CNPJ: 03.303.999/0001-36 - NIRE: 4130001789-1

mativa de perdas por créditos de liquidação duvidosa, bem como a existência dos indicadores de *impairment* sobre o ativo imobilizado e ativo intangível. Até a emissão desta demonstração financeira, a Companhia não identificou a necessidade de alteração relevante na classificação de risco de seus clientes que gerasse incremento material no montante estimado de perda por créditos de liquidação duvidosa registrado em 31 de dezembro de 2021 ou outros efeitos adversos a serem contabilizados nestas demonstrações financeiras. Com a pandemia da Covid-19, milhões de estudantes e centenas de milhares de professores tiveram que se adaptar às aulas remotas. Diante do atual cenário, percebe-se que a educação a distância tem sido um canal alternativo de estudos e aprendizagem, que ampliou as oportunidades de venda de serviços da Companhia, a qual, tem buscado aproveitar e potencializar suas vendas. **2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras: 2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que inclui, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCP") e, as instruções e demais orientações emitidas e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), as quais, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e que estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Mesmo com o cenário de imprevisibilidade em relação à pandemia, a Administração considera que o pressuposto de continuidade continua válido, considerando todas as informações disponíveis até a data de autorização para emissão dessas informações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas baseadas no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Companhia autorizou em 29 de março de 2022, a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. **2.2 Base de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, que, no caso de ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. **3. Sumário das Principais Práticas Contábeis: 3.1 Estimativas e julgamentos críticos:** A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Contábeis Adotadas no Brasil e nos IFRS requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis, e, portanto, na determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que variam como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações financeiras e seus efeitos referem-se a: (a) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("provisão para *impairment* do contas a receber") (Nota 5); A Companhia efetua estimativa de perda das contas a receber considerando o histórico de perdas dos clientes e as perdas esperadas baseadas nas análises de deterioração de riscos de créditos dos clientes monitoradas pela área de crédito e cobrança, consistentemente com a política contábil aplicada. (b) Recuperabilidade e vida útil do acervo técnico classificado no ativo intangível (Nota 8). A Companhia revisa anualmente a vida útil do acervo técnico relacionado ao desenvolvimento de cursos disponibilizado em plataforma e oferecido em forma de acesso aos seus clientes. A recuperabilidade está vinculada as premissas de geração de lucros futuros que levam em conta a estimativa de receita a ser gerada nos anos seguintes, deduzida da amortização anual. No entendimento da Administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. **3.2 Conversão de moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. As operações com moedas estrangeiras, quando realizadas, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. **3.4 Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: I. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao custo amortizado. • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **ii. Reconhecimento e mensuração inicial:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem, principalmente: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; **iii. Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a VJR - Valor Justo por meio do Resultado:** Quando existentes, esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **iv. Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **v. Redução ao valor recuperável (*impairment*):** Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Para os ativos financeiros que não as contas a receber de clientes classificados como ao custo amortizado, a Companhia avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas. A metodologia de "*impairment*" aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito e indicadores que possam revelar perdas. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis **vi. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **vii. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados. **3.5 Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos

que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "*impairment*"). **3.7 Impostos a recuperar:** O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Os impostos são mensurados com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. **3.8 Ativos intangíveis:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares ou que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A amortização é calculada e reconhecida em bases lineares, respeitando a vida útil estimada de utilização. O acervo técnico é capitalizado com base nos custos incorridos para desenvolvê-lo, incluindo gastos com pessoal e serviços de terceiros. A amortização ocorre linearmente conforme a vida útil do acervo, que é estabelecida a partir do período de tempo que a Companhia espera obter benefícios econômicos futuros. **3.9 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, máquinas, equipamentos e edificação. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos. Anteriormente, a Companhia optou por adotar o conceito de "*deemed cost*" constante do Pronunciamento Técnico do CPC nº 27 e ICPC nº 10. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", na demonstração do resultado. **3.10 Direito de uso em arrendamento:** Um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não pode ser determinada imediatamente, geralmente, a taxa média dos empréstimos como taxa de desconto. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, os ativos de direito de uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a CPC 01. A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como custo de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento mercantil são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros. A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses, e/ou de baixo valor. **3.11 Ativo mantido para venda:** O Grupo classifica um ativo como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que este seja o caso, o ativo mantido ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tal ativo. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação como mantido para venda. O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma provisão para ajuste ao valor recuperável é reconhecida em contrapartida ao resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida. **3.12 Fornecedores e outras contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.13 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.14 Provisões:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. **3.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **3.16 Capital Social:** O capital social é composto por ações 100% integralizadas conforme nota explicativa nr. 14 e classificadas no patrimônio líquido, sendo divididas em ordinárias e preferenciais. **3.17 Resultado por ação - básico e diluído:** O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo exercício. Não há instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos exercícios apresentados. **3.18 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **3.19 Informação por segmento:** Os resultados de segmentos que são reportados ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente, despesas operacionais o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social. **3.20 Demonstrações do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **3.21 Reconhecimento de receita:** A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos: (i) há um contrato entre a Companhia e seu cliente com direitos das partes e termos de pagamento identificados, possui substância comercial e é provável que a contraprestação será recebida pela Companhia; (ii) as obrigações de de-

sempenho de entregar bens ou serviços estão identificadas; (iii) o preço da transação está determinado; (iv) o preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada foi alocado corretamente; e (v) a obrigação de desempenho é satisfeita em um ponto específico do tempo (venda de bens) ou ao longo do tempo (prestação de serviços). A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.22 Operações descontinuadas:** A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações. O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment*. Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento das operações descontinuadas são apresentados separadamente em nota explicativa. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. Qualquer participação de acionistas não controladores relativa ao grupo de ativos mantidos para venda é apresentada no patrimônio líquido, não sendo reclassificada no balanço patrimonial. **3.23 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021: • **Reforma da IBOR - Fase 2:** alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". Exceções temporárias na aplicação das referidas normas, em relação aos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros que permite mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício. • **Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos":** reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. Não houve impacto nas demonstrações financeiras em razão da não aplicabilidade das situações. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB em maio de 2020 e tem efetiva aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. Não há efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

IAS 16 "Ativo Imobilizado"	Proibição de uma entidade deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"	Esclarecimento que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
IFRS 3 "Combinação de Negócios"	Tem por objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.
Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020	Aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: i. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. ii. IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. iii. IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"	Esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório.
IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis	Divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:	Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

Não há outras normas IFRS/CPCs ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

	31.12.2021	31.12.2020
Recursos em caixa e depósitos bancários	323	3.444
Aplicações financeiras equivalentes de caixa	832	110
	1.155	3.554

As aplicações financeiras têm liquidez diária, com remuneração média correspondendo à 103% da variação do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **5. Contas a Receber de Clientes:** As contas a receber têm um prazo médio de 20 (vinte) dias corridos, entre a data do faturamento e efetivo recebimento. A Companhia está empregando esforços para reduzir tal prazo para a meta de 15 (quinze) dias corridos, no intuito de ajustar melhor seu fluxo financeiro.

	31.12.2021	31.12.2020
Públicos	20	4.626
Privados	5.139	2.674
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.397)
	5.159	5.903
Circulante	2.088	1.532
Não circulante	3.071	4.371
	5.159	5.903

Como critério para constituição da PCLD, a Companhia efetuou uma análise de seus títulos vencidos de acordo com as perdas esperadas e não identificou a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2021. O saldo no ativo não circulante refere-se ao recebível junto ao Estado de Sergipe. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo corresponde a R\$ 3.071 (R\$ 4.371 e 31 de dezembro de 2020). A DTCOM é titular de precatório com valor superior ao valor da soma dos débitos apontados, e que tem valor histórico de aproximado de R\$ 2.249, com referência para a data-base de 01 de março de 2017. No segundo trimestre de 2021, a Administração, com suporte de uma empresa terceirizada com experiência em precatórios, reavaliou se o valor contábil estava compatível com os valores de realização face as questões de negociação dos valores e atualização pelos índices oficiais praticados pelo mercado. O resultado da avaliação, indicou a necessidade de uma redução de R\$ 1.300 no valor atual, cujo montante foi reconhecido no resultado. Na visão da administração, reflete o melhor valor estimado da sua recuperação. Devido à expectativa de recebimento superior a 12 meses, o montante é apresentado no ativo não circulante. A idade dos títulos a receber está demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Vencimento do contas a receber bruto	2.082	1.254
A Vencer	-	-
Vencido com atraso de:		
01 a 30 dias	6	276
31 a 60 dias	-	2
61 a 90 dias	-	-
90 a 180 dias	-	-
Mais de 180 dias	3.071	5.768
	5.159	7.300

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 31.12.2019	1.450	1.450
Adições	-	-
Baixas	(53)	(53)
Saldo em 31.12.2020	1.397	1.397
Adições	-	-
Baixas	(1.397)	-
Saldo em 31.12.2021	-	1.397

A reversão da PCLD foi realizada como compensação da baixa de títulos a receber que estavam registrados na rubrica de contas a receber de clientes, portanto, sem gerar impacto no resultado. **6. Impostos a Recuperar (Ativo) e Impostos e Contribuições a Recolher (Passivo):** A Companhia reconhece os valores de imposto de renda e contribuição a compensar fruto das retenções na fonte ocorridas durante os exercícios passados. Tais créditos são utilizados para compensar os custos com impostos federais a incorrer no exercício seguinte, tendo impacto direto no fluxo financeiro da Companhia. Os impostos a recolher são compostos por contribuições municipais, federais e estaduais. A Companhia também apresenta em seu balanço parcelamentos tributários de ISS e INSS.

	31.12.2021	31.12.2020
Ativo - a recuperar:		
Imposto de renda e contribuição social a restituir	736	772
ISS a restituir	533	797
Outros	116	10
	1.385	1.579
31.12.2021	10.604	11.298
Passivo - a recolher:		
Tributos federais (i)	2.722	3.399
Tributos estaduais	-	651
Tributos municipais	137	122
Parcelamento de tributos federais (ii)	7.096	6.312
Parcelamento de tributos estaduais	605	236
Parcelamento de tributos municipais	54	578
	10.614	11.298
Circulante	5.830	6.753
Não circulante	4.774	4.545
	10.604	11.298

Na rubrica de ISS a restituir está registrado os valores de ISS pagos ao município de Quatro Barras-PR referente a prestação de serviços para cliente de outro município, o qual, reteve

continua...

...continuação **DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A - Companhia Aberta - CNPJ: 03.303.999/0001-36 - NIRE: 4130001789-1**

parte dos pagamentos a título de tributação de ISS no município onde está localizada a sede do cliente. A Administração com apoio dos seus assessores jurídicos entende que sofreu tributação por este serviço e está pleiteando administrativamente a restituição ou compensação destes valores. Nenhuma provisão foi constituída. As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar, decorrentes de tributos a recolher aos governos. Abaixo apresentamos os saldos de tributos federais e parcelamento de tributos federais:

	31.12.2021	31.12.2020
Passivo - a recolher:		
IRPJ a pagar		
CSLL a pagar	2.102	2.071
Fust/Funtell	488	488
Outras	74	750
	58	90
Tributos federais (I)	2.722	3.399
Parcelamento Simplificado Plis/Cofins/ IRF e CSLL	4.717	3.515
Parcelamento Simplificado INSS	2.379	2.797
parcelamento de Tributos federais (I)	7.096	6.312

	31.12.2021			31.12.2020		
	Custo de aquisição	Depreciação	Saldo Contábil Líquido	Custo de aquisição	Depreciação	Saldo Contábil Líquido
(a) Composição						
Móveis e utensílios	10a. 1.069	(977)	92	1.069	(954)	115
Equipamentos de som e imagem	10a. 8.705	(8.586)	119	8.705	(8.532)	173
Equipamentos de recepção e transmissão	10a. 11.929	(10.931)	998	11.929	(10.518)	1.411
Equipamentos de informática	5a. e 10a. 2.691	(2.569)	122	2.690	(2.537)	153
Outros itens	10a. 441	(397)	44	439	(389)	50
Bens e Direito de uso	-	-	-	2.508	(1.253)	1.255
	24.835 (23.460)		1.375	27.340 (24.183)		3.157

	31.12.2021			31.12.2020		
	Custos	Adições	Transf. (I)	Custos	Adições	Transf. (I)
(b) Movimentação do Imobilizado						
Móveis e utensílios	1.069	-	-	1.069	-	-
Equipamentos de som e imagem	8.705	-	-	8.705	-	-
Equipamentos de recepção e transmissão	11.929	-	-	11.929	-	-
Equipamentos de informática	2.690	1	-	2.691	-	-
Outros itens	439	2	-	441	-	-
Bens e Direito de uso	2.508	-	(2.508)	-	-	-
	27.340	3	(2.508)	24.835		(23.460)
Depreciação	(24.184)	(942)	1.666	(23.460)		(23.460)
Total Imobilizado	3.157	(939)	(842)	-	-	1.375

Atualmente, ou quando houver indicação de uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos imobilizados, para determinar se estes ativos sofreram perdas por *impairment*. Em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indícios externos e/ou internos de não realização futura do ativo imobilizado da Companhia. A baixa dos direitos de uso ocorreu em razão do encerramento dos contratos de arrendamento, tendo gerado, portanto, contrapartida contra as contas de arrendamento no passivo.

	31.12.2021			31.12.2020		
	Taxa anual de amortização	Custo de aquisição	Amortização	Taxa anual de amortização	Custo de aquisição	Amortização
(a) Composição						
Software	10a. 3.642	(2.248)	1.394	3.642	(1.853)	1.789
Acervo (I)	5a. e 10a. 12.478	(8.946)	3.532	12.478	(6.556)	5.922
Gastos com desenvolvimento de projetos	10a. 4.298	(3.277)	1.021	4.298	(2.195)	2.103
	20.418 (14.471)	5.947	20.418 (10.604)			9.814

(I) O acervo ou acervo técnico é fruto de toda a produção de conteúdo feita pelo time DTCOM e é utilizado de uma forma sustentável para o desenvolvimento de novos conteúdos ou comercialização. **Produção:** Na etapa de produção sempre que o contrato permite e é possível convergir a ementa da disciplina com o conteúdo que já está produzida, o acervo é reaproveitado reduzindo-se os custos de desenvolvimento/produção. **Comercialização:** A comercialização é segregada em corporativo e acadêmico. O acervo é disponibilizado em plataforma digital e os cursos são acessados pelos usuários.

	31.12.2021			31.12.2020		
	Custos	Adições	Transf. (I)	Custos	Adições	Transf. (I)
(b) Movimentação do Intangível						
Software	3.642	-	-	3.642	-	-
Acervo (I)	12.478	-	(875)	11.603	-	-
Gastos com desenvolvimento de projetos	4.298	-	(529)	3.769	-	-
	20.418	-	(1.404)	19.014		
Amortização	(10.604)	(3.268)	805	(13.067)		
Total Intangível	9.814 (3.268)	(599)	5.947			9.814

A Companhia analisou e revisou os itens componentes do seu ativo intangível, visando averiguar a existência de ativos registrados contabilmente que tivessem indícios de não recuperabilidade. De modo geral, a administração analisou se os cursos pertinentes ao acervo técnico poderiam ser remodelados e atualizados para continuarem sendo oferecidos em sua plataforma. Durante o processo de revisão, foram identificados itens do acervo técnico e de certos gastos com desenvolvimento de projetos cuja remodelação não seria viável economicamente e que estavam em situação de imparidade. Em 2021, a Companhia procedeu com a baixa dos itens no montante líquido de R\$ 599, que estavam classificados como ativo intangível, para os quais não se espera benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, como mostra o quadro acima.

Instituição	Taxa de juros	31.12.2021		31.12.2020	
		Vencimentos	Circulantes	Vencimentos	Circulantes
Empréstimos					
Banco ABC Brasil S.A. nº 3748115	CDI + 7,44% a.a	05/05/2021	-	-	679
BRDE - SC - Financia-mento 2.35566.01.0 - KOL	TJLP + 0,54% a.m	01/01/2023	271	-	282
	15/04/2027				
BRDE - DTCOM	TJLP + 0,4% a.m	2027	240	1.241	253
			511	1.241	1.674

Devido às medidas de controle de caixa e custos, bem como por meio da venda do seu terreno, a administração da Companhia, reduziu seu endividamento bancário, cujo saldo totaliza R\$ 1.752 em 31 de dezembro 2021 (R\$ 2.888 em 31 de dezembro de 2020). **(a) Cronograma de Pagamentos:** Em 31 de dezembro de 2021, a amortização principal dos empréstimos com instituições financeiras apresentava os seguintes vencimentos:

Vencimentos	Valores
2022	511
2023	334
2024 em diante	907
	1.752

Os financiamentos foram contratados às taxas praticadas para o respectivo setor, tendo como garantias hipoteca de imóvel pertencente a alguns dos sócios controladores, bem como aval dos membros do conselho de administração. **10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores nacionais são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e cujo vencimento é de até 12 meses. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo corresponde a R\$ 96 (R\$ 2.182 em 31 de dezembro de 2020). **11. Obrigações Sociais e Trabalhistas:** A rubrica de Obrigações Sociais e Trabalhistas a Pagar, tem como função registrar as obrigações referentes a salários, remunerações, benefícios, encargos sociais e provisões de férias e 13º salário a pagar. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo corresponde a R\$ 852 (R\$ 1.123 em 31 de dezembro de 2020).

	31.12.2021	31.12.2020
Salários a Pagar	123	145
INSS a pagar	321	430
Provisão de férias e 13º salário	266	281
Outros	142	267
	852	1.123

12 Adiantamento de Clientes: Uma parcela significativa das receitas registradas pela Companhia é proveniente de contratos com clientes, os quais preveem a entrega de determinados serviços ao longo de um período de tempo. Desta forma, a Companhia mensura suas receitas a partir da efetiva entrega dos serviços contratados pelos clientes. A parcela dos serviços faturados e ainda não entregues, é registrada como Adiantamento de Clientes. Estes valores são reconhecidos no resultado do exercício apenas quando há a efetiva entrega do serviço contratado. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo corresponde a R\$ 300 (R\$ 1.277 em 31 de dezembro de 2020). **13. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, tendo apenas sua compensação limitada a 30% da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício. Como a realização do crédito potencial remanescente depende de eventos futuros, não foram registrados os créditos tributários diferidos sobre os prejuízos fiscais em função da inexistência de histórico de rentabilidade, e na incerteza da disponibilidade de lucros tributáveis futuros. Este crédito tributário potencial não reconhecido, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é assim resumido:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Base negativa de contrib.social	58.428	-	53.661	-
Prejuízo fiscal de IR	58.428	58.428	53.661	53.661
Base de cálculo	25%	9%	25%	9%
Alíquota	14.607	5.259	13.415	4.829
Crédito tributário potencial	-	-	(10)	(4)
(-) Crédito tributário registrado	-	-	-	-
Crédito tributário potencial não registrado	14.607	5.259	13.405	4.825

14. Patrimônio Líquido: (a) Capital social: O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 68.223 mil (R\$ 55.246 em 31 de dezembro de 2020), divididos em 10.680.476 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil e quatrocentos e setenta e seis) ações ordinárias 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais, todas sem valor nominal. Todas as ações da Companhia são escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei 6404/76. As ações preferenciais possuem preferência na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio no caso de Liquidação da Companhia, e, no direito a percepção de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às

ações ordinárias. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2021, foi deliberado alterar a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social no valor de R\$ 13.132.959,60 (treze milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos), por meio da emissão de 3.341.720 novas ações ordinárias, aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2020. Deste montante, R\$ 156.608,35 é referente à subscrição de acionistas minoritários ocorrida em 2020, e R\$ 12.977.350,00 é resultado da conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, ocorrida em janeiro de 2021. As novas ações emitidas, foram precificadas em R\$ 3,93 por ação, obedecendo conjuntamente aos três critérios previstos no parágrafo 1º do art. 170 da Lei 6.404/76 e reproduzindo de forma mais realista possível os parâmetros econômico-financeiros da Companhia. Em consequência, na referida data o capital social integralizado da Companhia foi alterado para R\$ 68.223.102,16 (sessenta e oito milhões, duzentos e vinte e três mil, cento e dois reais e dezesseis centavos), divididos em 10.680.476 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil e quatrocentos e setenta e seis) ações ordinárias 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais. **(b) Reserva de capital:** O saldo de reserva de capital foi constituído no passado e é mantido para dar reforço ao capital. Sua destinação só ocorrerá por meio de incorporação ao capital social, absorção de prejuízos, resgate ou reembolso de ações. **(c) Reserva de reavaliação:** Constituídos em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado, e com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social estão classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação foi realizada neste exercício devido a baixa dos bens reavaliados. **(d) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC):** O valor registrado até 2020 como adiantamento para futuro aumento de capital foi integralizado como capital social em 28 de janeiro de 2021, após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, conforme exposto no item (a). **(e) Prejuízos acumulados / Lucro líquido (Prejuízo) por ação:** O lucro (prejuízo) por ação atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos controladores e não controladores foi calculado através da divisão do prejuízo do exercício, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. O quadro a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro (prejuízo) do período	(4.818)	233
Quantidade de ações ao final do período (em milhares)	11.131	7.789
Lucro (prejuízo) por ação no final do período	(0,4328)	0,0299

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro (prejuízo) atribuível a detentores de ações ordinárias		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(4.623)	220
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares)	10.680	7.339
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	(432,86)	29,91
Lucro (prejuízo) atribuível a detentores de ações preferenciais		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(195)	13
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (em milhares)	450	450
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	(433,47)	29,96

15. Receitas Operacionais: A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
. Prestação de serviços	9.660	16.818
Total das Receitas Operacionais	9.660	16.818

Dedução das Receitas Operacionais

. Impostos sobre vendas	(84)	(306)
. Receita a Realizar diferida	-	(1.601)
Total das deduções	(84)	(1.907)
Total das Receitas Operacionais, líquidas	9.576	14.911

A queda de receitas em 2021, no comparativo com o mesmo período do ano anterior, foi em razão da aceleração na produção de conteúdo sob demanda, impulsionadas principalmente por dois grandes clientes nos primeiros seis meses de 2020. Já em 2021, a Companhia teve redução no ingresso de novos projetos, influenciado pelo cenário econômico atual. A avaliação da Companhia quanto ao desempenho apurado é bastante satisfatória, mesmo com a queda da receita comparado com o ano anterior, a Companhia considera este desempenho como positivo, face os desafios que o ano de 2021 impôs ao mercado. Principalmente pelos efeitos da pandemia de coronavírus (covid-19), que inevitavelmente comprometem o desenrolar dos negócios, vários projetos que estão previstos para ocorrer no referido período foram postergados para o exercício seguinte. **16. Custos dos Serviços Prestados:** A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
Custos dos serviços prestados		
. Pessoal	(1.858)	(2.492)
. Produção de conteúdo/gravação	(2.778)	(4.950)
. Depreciações e amortizações	(1.966)	(2.789)
. Serviços de terceiros	(710)	(467)
. Energia Elétrica	(116)	(95)
Total dos custos dos serviços prestados	(7.428)	(10.793)

17. Despesas Comerciais, Administrativas e Gerais

	31.12.2021	31.12.2020
Despesas administrativas e gerais e honorários da administração		
. Pessoal	(1.239)	(1.230)
. Depreciações e amortizações	(286)	(603)
. Serviços de terceiros	(1.032)	(709)
. Honorários da Administração	(1.160)	(896)
. Impostos e taxas administrativas	(148)	(134)
Total das despesas administrativas e gerais e honorários da administração	(3.865)	(3.572)

Despesas com vendas

. Pessoal	(942)	(886)
. Serviços de assessoria e consultoria	(18)	(273)
. Serviços de terceiros	(151)	(38)
. Depreciações e amortizações	(5)	-
Total das despesas comerciais	(1.116)	(1.197)

Outras receitas (despesas) operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais	(1.951)	1.006
Total das outras receitas operacionais	(1.951)	1.006

Na linha "Outras receitas (despesas) operacionais" estão incluídos os seguintes efeitos, principalmente: (i) perda por revisão da expectativa de realização dos recebíveis de Sergipe no montante de R\$ 1.300 (Nota 5); (ii) a baixa de itens do ativo intangível (Nota 10) no montante de R\$ 1.404; e (iii) o ganho obtido com a venda do terreno (Nota 27) no montante de R\$ 1.651.

	31.12.2021	31.12.2020
18. Resultado Financeiro Líquido		
Despesas financeiras		
Juros pagos ou incorridos	(426)	(205)
Juros s/ Empréstimos	(115)	(247)
Multas	(158)	(456)
Outros	(168)	(106)
	(867)	(1.014)

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas financeiras		
Descontos obtidos e rendimento de aplicações	42	27
	42	27
Resultado Financeiro	(825)	(987)

19. Reconciliação do Cálculo do IR/CS à Alíquota Efetiva: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota efetiva está demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro (prejuízo) antes do imp. de renda e da contribuição social	(4.818)	233
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Imposto à alíquota vigente	1.638	(79)
Ajustes:		
Despesas ineditáveis para fins de imposto de renda	(154)	(88)

Exclusões do período:

Receitas a realizar	180	1.498
Crédito de imposto não reconhecido	(1.663)	(1.330)

20. Operações de Arrendamento Mercantil - IFRS16 / CPC 06: Em 31 de dezembro de 2021, em virtude da desativação de um dos segmentos operacionais da Companhia o "Teleporto", foi encerrado o contrato junto a SES, provedor do satélite. O contrato era com vencimento em 2024, porém uma cláusula previa que ambas as partes poderiam rescindir em 31.12.2021, sem prejuízo para nenhuma das partes. Com o encerramento deste contrato baixamos os valores reconhecidos como arrendamento. A companhia não tem até a data desta demonstração nenhum contrato passível de registro em Arrendamento mercantil. A movimentação do arrendamento por direito de uso está demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Contas contábeis		
Bens de direito de uso - Ativo imobilizado	-	2.508
Depreciação Acumulada - Ativo imobilizado	-	(1.253)
Arrendamento - Passivo não circulante	-	(1.347)

21. Ativo Mantido para Venda: O Conselho de Administração da Companhia reuniu-se em 30 de outubro de 2020 para celebrar a 80ª Reunião do Conselho de Administração, cuja pauta foi aprovar a venda do imóvel situado à Avenida Dom Pedro II, 1720 na Cidade de Quatro Barras - Paraná, perfazendo uma área de 15.000 mil metros quadrados. A avaliação do imóvel foi realizada por três empresas especializadas e terceirizadas, e indicou um valor realizável aproximado de R\$ 3.000 mil, que é superior ao contábil, incluindo a dedução das despesas de venda. O custo do ativo disponível para venda em 31 de março de 2021 era de R\$ 1.349 mil. O Conselho de Administração da Companhia reuniu-se em 31 de março de 2021 para análise de proposta de alienação do imóvel da sede. Relatou-se a busca por potenciais compradores, mediante contratação de corretor de imóveis com vasta atuação na região de

...continuação **DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A** - Companhia Aberta - CNPJ: 03.303.999/0001-36 - NIRE: 4130001789-1

liquidez é feita pela Diretoria, considerando a necessidade de caixa e de liquidez no curto, médio e longo prazo. Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a administração da Companhia analisou e concluiu que tem instrumentos de ação para assegurar a liquidez e obter recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los ou recorrer a recursos dos acionistas, os quais, tem compromisso de manter a continuidade dos negócios. **iii. Risco de Taxas de Juros:** O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento e as aplicações financeiras da Companhia estão sujeitos à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento da Companhia também crescerão. Para reduzir a exposição, monitoramos constantemente as condições e oscilações econômicas gerais das taxas de juros e o vencimento de títulos de mercado em condições normais e adversas. **iv. Análise de sensibilidade:** A Companhia possui ativos e passivos atrelado a taxa de juros em 31 de março de 2021 e desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da variação nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, expostos a tais riscos. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. As taxas estão demonstradas conforme o percentual do cenário considerado pela administração.

Operação	Taxa Média de Juros	Risco	Ativo (Passivo) Posição em 31.12.2021	Cenário		Cenário		Cenário	
				Provável	Possível	1	2	1	2
CDI				2,38%	2,00%	1,00%	2,98%	3,50%	
Aplicação Financeira	103% da CDI	Flutuação do CDI	832	20	17	8	25	29	
TJLP				4,55%	4,00%	3,00%	5,69%	6,00%	
Empréstimos									
TJLP + 0,54%		Flutuação							
BRDE - SC	a.m do TJLP		(271)	(12)	(11)	(8)	(15)	(16)	
BRDE - DT-COM	+ 0,4% a.m do TJLP	Flutuação	(1.481)	(67)	(59)	(44)	(84)	(89)	

patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31.12.2021	31.12.2020
Total de Empréstimos (nota 11)	1.752	2.888
Menos: Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	(1.155)	(3.554)
Dívida Líquida	597	(666)
Total do Patrimônio Líquido	232	5.050
Total do Capital	829	4.384
Índice de alavancagem financeira	72%	-15%

27. Cobertura de Seguros (Não Auditado): A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Os montantes das coberturas contratadas, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, correspondem a:

Descrição	Tipo de seguro	31.12.2021	30.09.2020
Estações transmissoras e receptoras	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubos e equipamentos eletrônicos	6.070	6.070
Veículos	Danos materiais e corporais a terceiros		

Conselho de Administração			Diretoria		
Leonardo Petrelli Netto Presidente do Conselho de Administração	Membros do Conselho João Elisio Ferraz de Campos Norton Paim Moreira	Mônica Molina Eduardo Petrelli	Aryvaldo Mazzi Neto Diretor Presidente Ricardo D' Epiro Coelho Diretor Comercial	João Henrique Suleiman Diretor de Projetos e Tecnologia Ademir Marcon Diretor de Produção	Cristiane de Fátima Fialla Diretora Adm., Financ., DRI e Contadora - CRC/PR 2017/0002375

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	Proposta de Orçamento de Capital	Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes
De acordo com o artigo 20 da seção 1, capítulo 3 da Instrução Normativa nº 480 da Comissão de Valores Mobiliários, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, portanto a Companhia se reserva no direito de não divulgar projeções ou estimativas	De acordo com o Inciso IV do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09 que trata de "Orçamento de Capital", a Companhia não prepara o referido orçamento.	Todas as informações que a Companhia considera relevantes foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras.

Parecer do Conselho de Administração
O Conselho de Administração da DTCOM Direct to Company S/A., em cumprimento às disposições legais dos mercados onde a Companhia tem seus títulos mobiliários listados e às disposições estatutárias da empresa, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos acompanhamentos e nos exames efetuados, considerando ainda, os pareceres dos Auditores Independentes e as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho de Administração opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Quatro Barras, 29 de março de 2022.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores Estatutários da DTCOM Direct to Company S/A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº 1720, Quatro Barras - PR, inscrita no CNPJ sob nº 03.303.999/0001-36, declaram, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de Dezembro de 2009: Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais referente ao exercício 2021. Quatro Barras, 29 de março de 2022.

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes
Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores Estatutários da DTCOM Direct to Company S/A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº 1720, Quatro Barras - PR, inscrita no CNPJ sob nº 03.303.999/0001-36, declaram, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de Dezembro de 2009: Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes, relativas às demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício 2021, contidas nesse relatório. Quatro Barras, 29 de março de 2022.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da DTCOM - Direct to Company S.A., Quatro Barras - PR. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da DTCOM - Direct to Company S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo assunto mencionado na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DTCOM - Direct to Company S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião com ressalva:** Conforme nota explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém registrado sob a rubrica de Impostos a Recuperar - ISS a Restituir, no ativo circulante, o montante de R\$ 533.000 relativo ao respectivo tributo que foi recolhido junto ao município sede da Companhia e retido pelo cliente para recolhimento junto ao município sede do mesmo. A Administração da Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, está pleiteando, na esfera administrativa a restituição ou compensação desse valor junto à autoridade tributária municipal de seu domicílio sede/fiscal, em por entender que teria sofrido tributação, sendo, por conseguinte, a autorização de restituição e/ou compensação sujeita a análise da daquela autoridade tributária municipal, cuja previsibilidade de desfecho neste momento é incerta, configurando-se, portanto, como um ativo contingente. A Administração não reconheceu qualquer provisão do respectivo valor até que o desfecho das discussões seja conhecido, consequentemente, em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante está sendo apresentado a maior em R\$ 533.000, e o patrimônio líquido em R\$ 352.000, líquido dos efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas foram suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante sobre a continuidade operacional:** Como mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia foi afetada pelos impactos decorrentes da pandemia do Corona Vírus, com redução do volume de suas operações e perda de contratos com clientes, resultando tanto na redução de sua receita operacional quanto na sua capacidade de gerar caixa para honrar seus compromissos. Ademais, a Administração revisou a base de recuperabilidade do intangível que indicou a necessidade da baixa líquida do acervo técnico, no montante de R\$ 599.000, reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esses fatores, fizeram com que a Companhia incorresse em prejuízo líquido de R\$ 4.818.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e apresentasse excesso de passivos sobre ativos circulantes de R\$ 3.846.000 e prejuízo acumulado de R\$ 68.141.000, que praticamente consome o total do patrimônio líquido da Companhia no exercício findo nesta data. A Administração considera o pressuposto de continuidade operacional da Companhia e vem empreendendo diversas ações para reverter esse cenário, no entanto, algumas das ações não dependem exclusivamente da vontade da Administração, sendo, difícil estimar o sucesso no desfecho das mesmas. Essas condições indicam a existência de incertezas relevantes que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Principal assunto de auditoria: (a) Reconhecimento de receita:** A principal fonte de receita da Companhia advém de contratos de prestação de serviços que preveem a produção de conteúdo EAD (Ensino a Distância) sob demanda, para os segmentos acadêmico e corporativo, com entregas realizadas ao longo do tempo conforme solicitação dos seus clientes. As receitas são decorrentes de contratos de valor significativo, cujos controles internos estabelecidos requerem o acompanhamento adequado da entrega dos serviços. É necessário que os controles estejam em funcionamento durante todo o período para assegurar o adequado registro das receitas na competência correta. Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria. **Como a auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia para reconhecimento da receita; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas, incluindo a análise de contratos, documentos fiscais e comprovantes de liquidação financeira; (iii) confirmação externa dos saldos de contas a receber junto aos clientes da Companhia; (iv) testes de liquidação subsequente para os valores faturados; (v) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado; e (vi) verificação da conciliação das bases de contas a receber com os registros contábeis. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativa nº 3 e 15. Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos razoáveis os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações estão adequadas. **(b) Acervo técnico:** De acordo com a nota explicativa nº 8, a Companhia possui registro do ativo intangível, bens referentes ao acervo técnico, decorrentes da capitalização de gastos com desenvolvimento de conteúdo e cursos, os quais foram reconhecidos em exercícios anteriores e são amortizados considerando a expectativa de recuperabilidade ao longo do tempo. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de recuperabilidade, entre as quais incluem as premissas com projeções de resultado, taxa de desconto, entre outras, e, que requerem um grau de julgamento significativo por parte da Companhia, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável referente ao acervo técnico; (ii) Discussão com a administração sobre o processo de capitalização de gastos com desenvolvimento ocorrida em exercícios anteriores, incluindo o atendimento as políticas contábeis, aprovações e os controles internos quando existentes implementados; e (iii) Avaliação da razoabilidade das estimativas dos valores em uso preparada pela Administração da Companhia na determinação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e da metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável, bem como a avaliação da adequação das divulgações efetuadas.

Como resultado dos procedimentos de auditoria executados, concluímos sobre a razoabilidade dos saldos contábeis do acervo técnico e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício de 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos, se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante, se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório da auditoria contendo nossa opinião com ressalva. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas Brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraudes ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras. Inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras da Companhia ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas; salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o Interesse público. Curitiba, 29 de março de 2022. **Mazars Auditores Independentes - CRC 2SP023701/O-8 PR, Éverton Araken Paetzold - Contador CRC 1PR 047.959/O-9.**





UNINTER EDUCACIONAL S.A.
CNPJ/MF 02.261.854/0001-57

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Uninter S.A. apresenta-lhes a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Sobre a Uninter

Uninter forma mais de meio milhão de novos profissionais. Situado em todos os estados brasileiros, centro universitário possui forte presença internacional e se prepara para novos movimentos de expansão.

O Grupo Uninter está entre os maiores nomes do segmento educacional do país e, há mais de 25 anos, vem criando iniciativas que tornam o ensino superior mais democrático. Com diferentes tipos de soluções educacionais, a principal organização do grupo é o Centro Universitário Internacional Uninter, uma das únicas instituições de educação a distância do Brasil reconhecida com a nota máxima pelo Ministério da Educação (MEC) e conceito 4 no Índice Geral de Cursos (IGC), divulgado pelo MEC em 2021.

Na instituição, o principal objetivo é aliar qualidade e tecnologia a valores justos e, principalmente, abrir portas para toda as classes conquistarem uma carreira de sucesso. Com sede em Curitiba (PR) e atuação em todo o Brasil e no exterior, o Centro Universitário Internacional Uninter já ultrapassou a marca dos 550 mil alunos formados e, hoje, conta com mais de 400 mil estudantes ativos nos mais de 400 cursos ofertados entre graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, técnico e extensão, nas modalidades presencial e a distância (EAD).

Para o chanceler e fundador do Grupo Uninter, Wilson Picler, "poder transformar vidas com geração de empregos e capacitação de milhares de pessoas pelo mundo é o propósito da nossa existência". Com o arrefecimento da pandemia do novo coronavírus, Picler explica que a instituição está atenta ao mercado, para expandir seu portfólio de cursos, sua estrutura física e contratar os melhores profissionais. "Com o objetivo de fazer uma gestão sustentável e que faça da Uninter uma empresa exitosa no mercado educacional, estamos constantemente atentos aos profissionais disponíveis no mercado, bem como estudando formas de melhorar a qualidade de vida dos nossos colaboradores".

Atualmente, a Uninter está entre as 05 melhores empresas para trabalhar no Paraná de acordo com o Great Place to Work (GPTW), que é considerado um dos mais renomados medidores de desempenho, bons resultados, reputação e confiabilidade interna. Sobre essa conquista, o professor Picler ressalta que, "um dos objetivos da Uninter é promover um ambiente qualificado, com colaboradores que têm a possibilidade de crescimento profissional e que são apaixonados pelo que fazem. Quando uma instituição consegue proporcionar isso, quem ganha são os alunos e fornecedores que recebem um atendimento com mais empatia, compreensão e eficácia. Não à toa, nosso lema diz que somos apaixonados por transformar histórias".

Com aproximadamente 700 polos de apoio presencial para EAD no Brasil e 13 no exterior, a instituição mantém dois campi presenciais em Curitiba (PR). Para saber mais, acesse uninter.com

Mensagem da Administração

O exercício de 2021, mesmo sendo encarado como o ano da retomada das atividades normais, o que foi visto na íntegra foi um ano marcado pela continuidade da Pandemia o que proporcionou grandes dificuldades para a população e suas organizações.

Diante das inúmeras dificuldades, o Grupo Educacional Uninter se manteve firme em suas premissas, considerando o respeito por seus alunos, fornecedores e colaboradores em meio a calamidade trazida pela pandemia. Sem deixar de lado sua missão de transformar a vida das pessoas através da Educação, não foram medidos esforços na manutenção da sua qualidade, já reconhecida no segmento. O engajamento, inovação e resiliência foram pontos marcantes na trajetória da organização ao longo do ano.

Em 2021 o crescimento em sua base de alunos foi de 17,3% em relação ao ano de 2020. Aumentamos o portfólio de cursos de Graduação EAD no 2º semestre de 2021 na área de Agrária e na Pós-Graduação EAD constante oferta de cursos novos. Na modalidade graduação Semipresencial oferta de 10 cursos incluindo os cursos de Enfermagem e Veterinária.

Nos investimentos a UNINTER priorizou Produção de Aulas EAD para seu acervo, Tecnologias, Acervo em Biblioteca Virtual e Laboratórios para os cursos da área de saúde.

O planejamento financeiro de 2021 foi elaborado com uma projeção de crescimento de Caixa na casa dos 44,6% em relação ao ano anterior, contudo, devido a pandemia, foi necessário revisar nossas projeções para um crescimento de 17,7%. Neste novo cenário, houve um trabalho de readequação das despesas operacionais e não operacionais, haja visto a redução do planejamento de receitas.

Nossa geração de caixa operacional foi projetada com um crescimento de 13,4% para 2021, contudo, tivemos uma redução de 12,3% se comparada a

2020, porém a geração foi positiva em todos os meses, demonstrando a forte capacidade de geração de caixa operacional

No que diz respeito às inovações tecnológicas, a organização investiu em proteção de dados e segurança da informação, Compliance, contemplando a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, mantendo o compromisso da melhoria contínua nos processos.

Nosso agradecimento incondicional a todos que contribuíram para o desempenho da Organização em 2021, diante do inóspito cenário de pandemia o resultado positivo foi possível graças a confiança depositada pelos acionistas, alunos, fornecedores, parceiros e especialmente aos nossos colaboradores.

Desempenho Operacional

No desempenho operacional a base total de alunos fechou o ano de 2021 com mais de 391,3 mil alunos representando um crescimento de 17,3% em comparação a 2020, impulsionado pelo segmento EAD e o Semipresencial com os cursos da área da saúde. Atingimos um EBITDA de R\$ 103,3 milhões de reais, que representou 19,2% da receita líquida (EBITDA margem).

Desempenho Acadêmico

O UNINTER orgulha-se em manter um forte compromisso com a qualidade de ensino e serviços prestados aos alunos. Este compromisso pode ser comprovado por meio dos indicadores de qualidade acadêmica divulgados pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Legislação e Documentos. O UNINTER alcançou os seguintes resultados referentes às últimas avaliações realizadas pelo INEP, apresentando no ano de 2020: conceito institucional (CI) 4, conceito institucional EAD (CI-EAD) nota 5, índice geral de cursos (IGC) nota 4, IGC contínuo 2,98. No período de 2011 a 2022, de acordo com os ciclos avaliativos dos cursos de graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, foram realizadas o total de 70 avaliações in loco. No ano de 2021, já no novo formato de avaliação externa virtual in loco, foram aprovados mais 4 cursos para o Ato de Autorização, com conceito máximo (5) e neste ano de 2022, o total de 7 avaliações para os atos de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento, desta forma, o UNINTER acumula até o mês de abril de 2022, conceito de curso (CC) 100% satisfatório: nota 3 (em 07 cursos), nota 4 (em 24 cursos) e nota 5 (em 35 cursos). Importante esclarecer que a escala do INEP varia de 1 a 5, sendo que são considerados satisfatórios conceitos iguais ou superiores a 3.

Base de Alunos

Ao final de 2021, a base de alunos somava mais 391,3 mil discentes, aumento de 17,3% em relação ao exercício do ano de 2020, dos quais: 2,2 mil alunos matriculados nos cursos do Presencial, 5,4 mil alunos matriculados nos cursos Semipresencial e 383,7 mil alunos matriculados nos cursos de Ensino a Distância.

Ticket Médio

O ticket médio líquido de 2021, do segmento EAD encerrou com R\$ 224,4 apresentando queda de 2,5% em relação ao ano de 2020. No segmento presencial encerrou no valor de R\$ 441,6 com variação inferior ao mesmo período do ano anterior em 10,4%. No semipresencial, encerrou com o valor R\$ 157,2 com queda de 14,3%. Em todos os segmentos queda impulsionado pelos descontos de campanhas na captação de novos alunos, reflexo da acirrada concorrência no segmento.

Inadimplência

Nos últimos anos a UNINTER vem realizando melhorias no sistema interno de cobrança para reduzir os indicadores da inadimplência. O sistema de cobrança (SICOB) vem sendo constantemente ajustado para melhorar o desempenho, a implantação do parcelamento no cartão de crédito via e-commerce tem facilitado os pagamentos, bem como a UNINTER conseguiu negociar com as operadoras melhores taxas e prazos para melhorar as condições para o aluno, além de que fora disponibilizada uma ferramenta de autoatendimento a qual o próprio cliente simula e contrata sua dívida de forma on-line, rápida e segura. Portanto as mudanças no processo resultaram em uma queda na inadimplência mensal (30 dias) de 17,6% para 14,7%, queda de quase 3,0 pontos percentuais e uma redução na inadimplência LTM de 7,74 %, isto em um período de crise causado pela pandemia, no qual os Brasileiros perderam seus empregos e suas rendas

Base de Funcionários

O número de funcionários ficou 7,0% maior com relação ao exercício do ano anterior. Contratações durante o ano 2021 na estrutura organizacional do Grupo UNINTER.

PERÍODO	12M20A	12M21A	Dif.	Δ %
Número funcionários	1.417	1.516	99	7,0%

Receitas Bruta e Líquida

A Uninter encerrou o exercício do ano de 2021 com receita bruta total de R\$ 730,1 milhões, apresentando crescimento de 1,5% em relação ao exercício do ano anterior. Crescimento é oriundo de aumento da base de alunos devido a crescimento orgânico e ao lançamento de novos cursos. A receita líquida ao final do exercício de 2021 foi de R\$ 538,6 milhões, encerrando

com índice de 2,4% superior ao exercício anterior.

Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados foram na ordem de R\$ 322,4 milhões, tendo uma variação maior 3,5% do exercício anterior e representou 59,9% da receita líquida do exercício de 2021. Aumento nos custos no valor de R\$ 10,8 milhões, em destaque as contas mais relevantes: materiais didáticos, laboratórios portáteis, licenças de software e comissões de representantes.

Despesas gerais, comerciais e administrativas

As Despesas gerais representaram R\$ 149,3 milhões e 27,7% da Receita líquida do exercício de 2021 ficando 16,7% maior do exercício 2020. As despesas com maior impacto foram em gastos com campanhas publicitárias, eventos e viagens, consultoria comercial e administrativa e Hardware/ Software para atender a LGPD.

Lucro Líquido

O lucro líquido encerrou no valor de R\$ 68,7 milhões representando 12,98% da receita líquida e variação menor de 15,8% em relação ao exercício de 2020. Resultado obtido pelo aumento nos custos e despesas gerais.

Caixa e Endividamento

A posição de Caixa e disponibilidades, em 31/12/2021, considera somente o numerário disponível e depósitos de curto prazo, totalizando R\$ 38,352 milhões contra R\$ 55,182 milhões se comparado a dez/2020.

O endividamento bruto encerrou em R\$ 12,378 milhões, composto por dívida bancária – Leasing HP – R\$ 2,310 milhões, sendo R\$ 1,662 milhões no curto prazo e R\$ 648 mil no longo prazo e R\$ 10,068 milhões com o parcelamento de tributos. Em comparação ao exercício de 2020 o qual apresentou R\$ 16,021 milhões, apresentou redução de 23%.

Investimentos (CAPEX)

O volume de investimentos realizados durante o exercício de 2021 totalizaram R\$ 33,4 milhões, representando evolução de 0,4% em comparação ao ano de 2020. Investimentos em Produção de Aulas, Tecnologias, Biblioteca Virtual.

Em R\$ milhões	12M20 A	12M21 A	Δ %
Receita Líquida	526,1	538,6	2,4%
TOTAL	33,3	33,4	0,4%
Capex/Receita Líquida	6,3%	6,2%	-12,2%

Audidores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº381/2003, que trata da prestação de serviços por auditores independentes, a Uninter informa que desde o ano de 2010 são contratados os serviços da PricewaterhouseCoopers para a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo que o valor total dos honorários devidos por este trabalho em 2021 totalizou R\$ 322.560,00 (trezentos e vinte e dois mil quinhentos e sessenta reais).

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Uninter Educacional S.A. declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, ambos relativos ao exercício social findo de 2021.

A comunidade Uninter reitera seu compromisso e comprometimento para com a Sociedade Brasileira, estabelecido pela ética, demonstrando sua integridade com condutas galgadas em princípios sólidos, objetivada no conceito de uma nação forte e justa.

Curitiba, 19 de abril de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Edimilson Picler - Presidente

Raul Meira Picler - Vice-Presidente

Gabriel José Picler

Jorge Luiz Bernardi

Marlene Aparecida Pазetto Antunes Telles

Wilson Picler

DIRETORIA

Marco Antonio Massoller Eleuterio - Diretor Executivo

Marlene Aparecida Pазetto Antunes Telles - Diretora Financeira

Mauro Sergio Gomes Noé - Diretor Comercial

Mario Henrique Thomé da Cruz - Diretor de Marketing

Moacir Gomes da Silva - Diretor Administrativo

Marco Antonio Massoller Eleuterio - Diretor Tecnologia

CONTABILIDADE

Anderson Julio Silva Adorno – CRC 056245/O-4

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	38.352	55.182	39.831	55.514	Empréstimos e financiamentos	1.666	2.364	1.666	2.364
Contas a receber de clientes	146.527	139.908	146.588	139.898	Passivos de arrendamentos	8.152	7.483	8.152	7.483
Adiantamentos	13.879	17.615	13.879	17.615	Fornecedores	8.541	6.431	8.541	6.477
Despesas antecipadas	5.383	2.737	5.391	2.745	Salários e encargos sociais	20.214	19.934	20.214	19.934
Tributos a recuperar	4.196	3.534	4.196	3.534	Tributos a recolher	5.656	5.790	5.656	5.794
Material de consumo	4.756	1.171	4.756	1.171	Imposto de renda e contribuição social	160	160	160	160
Partes Relacionadas	5.079	1.696	-	-	Dividendos a pagar	16.497	19.973	16.497	19.973
					Adiantamento de clientes	8.725	9.910	8.725	9.910
	218.173	221.843	214.641	220.477	Outros passivos	493	748	531	1.480
						70.105	72.795	70.144	73.576
Não circulante					Não circulante				
Partes relacionadas	9.943	9.943	9.943	9.943	Empréstimos e financiamentos	643	2.297	643	2.297
Depósitos judiciais	2.197	1.692	2.197	1.692	Passivos de arrendamentos	13.624	14.960	13.624	14.959
Tributos a recuperar	1.226	1.226	1.226	1.226	Tributos a recolher	11.362	12.436	11.362	12.436
Outros ativos	1.071	998	399	153	Provisão para ações judiciais	3.177	3.286	3.177	3.286
					Provisão para perdas de investimento	4.226	2.975	-	-
	14.437	13.859	13.765	13.014		33.032	35.954	28.806	32.978
						103.137	108.748	98.949	106.554
Imobilizado	41.523	41.807	41.540	41.823	Total do passivo				
Ativos de direito de Uso	22.900	23.532	22.900	23.532	Patrimônio líquido				
Intangível	71.483	61.162	71.483	61.162	Capital social	100.000	100.000	100.000	100.000
	150.343	140.360	149.688	139.531	Reserva de lucros	165.380	153.455	165.380	153.455
						265.380	253.455	265.380	253.455
Total do ativo	368.517	362.203	364.329	360.009	Total do patrimônio líquido				
					Total do passivo e patrimônio líquido	368.517	362.203	364.329	360.009

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	73.932	87.140	73.932	87.140
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial	994	1.520		
Depreciação e amortização	30.186	27.766	30.196	27.766
Baixa de bens do ativo intangível e do ativo imobilizado	1.570	1.412	1.570	1.412
Provisão para ações judiciais	(109)	511	(109)	511
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	21.659	22.907	21.659	22.907
Juros e variações monetárias, líquidas	3.560	5.524	3.560	5.524
Outros	(1.550)	(1.009)	(1.550)	(1.009)
	130.242	145.771	129.259	144.251
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(29.533)	(28.869)	(28.533)	(28.764)
Adiantamentos	3.736	(3.869)	3.736	(3.869)
Tributos a recuperar	(662)	(184)	(662)	(184)
Despesas antecipadas	(2.646)	2.457	(2.646)	2.461
Depósitos judiciais	(505)	(514)	(505)	(514)
Outros ativos	(3.702)	(550)	(3.174)	795
Material de consumo	(3.585)	(285)	(3.585)	929
Fornecedores	2.064	(3.800)	2.109	(3.798)
Salários e encargos sociais	280	(224)	280	(224)
Dividendos	(19.973)	9.489	(19.973)	9.489
Tributos a recolher	(1.212)	(652)	(1.253)	(652)
Outros passivos	(863)	1.770	(254)	1.049
Caixa proveniente das operações	73.640	120.540	74.798	120.969
Juros pagos	(393)	(3.031)	(393)	(3.031)
Juros Arrendamento	(677)	(861)	(677)	(861)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.209)	(5.842)	(5.209)	(5.842)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	67.361	110.806	68.519	111.235
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(34.926)	(35.387)	(34.938)	(35.536)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	(34.926)	(35.387)	(34.938)	(35.536)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(2.362)	(45.055)	(2.362)	(45.055)
Arrendamentos	(6.902)	(8.325)	(6.902)	(8.325)
Distribuição de lucros	(40.000)	(19.973)	(40.000)	(19.973)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(49.264)	(73.353)	(49.264)	(73.352)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(16.830)	2.067	(15.684)	2.347
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	55.182	53.115	55.514	53.167
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	38.352	55.182	39.831	55.514

Demonstração de Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Operações continuadas				
Receita	538.639	526.067	542.990	528.382
Custo dos serviços	(322.448)	(311.675)	(324.575)	(314.974)
Lucro bruto	216.191	214.392	218.415	213.408
Despesas com vendas	(96.468)	(80.243)	(96.576)	(80.296)
Despesas gerais e administrativas	(52.866)	(47.721)	(55.969)	(48.071)
Resultado de equivalência patrimonial	(994)	(1.520)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(656)	(1.460)	(663)	(1.593)
Lucro operacional	65.207	83.448	65.207	83.448
Receitas financeiras	13.384	11.745	13.384	11.745
Despesas financeiras	(4.659)	(8.053)	(4.659)	(8.053)
Resultado financeiro, líquido	8.725	3.692	8.725	3.692
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	73.932	87.140	73.932	87.140
Imposto de renda e contribuição social	(20.164)	(23.875)	(20.164)	(23.875)
Incentivo fiscal - PROUNI	14.910	18.345	14.910	18.345
Lucro líquido do exercício	68.678	81.610	68.678	81.610
Ações/Quotas em circulação no final do exercício (em milhares)	100.000	100.000	100.000	100.000
Lucro líquido por ações (em milhares), no fim do exercício - R\$	0,69	1,70		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais

	Reservas				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Lucros			
Em 31 de Dezembro de 2019	51.100	53.756	4.961	82.290	678	-	192.785
Aumento de capital	48.900			(48.900)			-
Lucro líquido do exercício						81.610	81.610
Varição cambial de investidas localizadas no exterior					(967)		(967)
Reserva legal			3.239			(3.239)	
Dividendo obrigatório						(19.973)	(19.973)
Constituição de reserva de incentivo fiscal - PROUNI		18.345	-			(18.345)	-
Constituição de reserva de lucros				40.053		(40.053)	-
Em 31 de dezembro de 2020	100.000	72.101	8.200	73.443	(289)	-	253.455
Lucro líquido do exercício						68.678	68.678
Varição cambial de investidas localizadas no exterior					(256)		(256)
Reserva legal			2.688			(2.688)	
Dividendo adicionais deliberados				(40.000)			(40.000)
Dividendo obrigatório						(16.497)	(16.497)
Constituição de reserva de incentivo fiscal - PROUNI		14.910	-			(14.910)	-
Constituição de reserva de lucros				34.583		(34.583)	-
Em 31 de dezembro de 2021	100.000	87.011	10.888	68.026	(545)	-	265.380

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Uninter Educacional S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Uninter Educacional S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Uninter Educacional S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Uninter Educacional S.A. e da Uninter Educacional S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 4 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Daniel Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP247874/O-3

CASC ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS S/A
CNPJ 76.694.983/0001-75

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Ficam convidados os Senhores Acionistas, desta empresa, a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se, por videoconferência, no dia 27/04/2022, às 15h, através de link do Google Meet, a ser previamente enviado pela Diretoria, a fim de tomar conhecimento, deliberar e votar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, analisar o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores Independentes, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2) Destinação do Lucro Líquido do exercício social findo; 3) Eleição da Diretoria; 4) Honorários da Diretoria.

Curitiba, 18 de abril de 2022

Nelsi Paulo Frizzo e Diogo Hamada - Diretores

COMBRASHOP CIA. BRASILEIRA DE SHOPPING CENTERS
CNPJ 78.238.813/0001-01

Assembleia Geral Ordinária – Convocação Ficam convocados os Senhores Acionistas, desta empresa, a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se, por videoconferência, no dia 27/04/2022, às 15h30, através de link do Google Meet, a ser previamente enviado pela Diretoria, a fim de tomar conhecimento, deliberar e votar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, analisar o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores Independentes, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2) Destinação do Lucro Líquido do exercício social findo; 3) Eleição do Conselho de Administração designando seu Presidente (artigo 9º, §2º, alínea “e” e 13 do Estatuto Social); 4) Definição do montante global da remuneração dos administradores (artigo 9º, §2º, alínea “h” Estatuto Social).

Curitiba, 18 de abril de 2022

Nelsi Paulo Frizzo e Diogo Hamada – Diretores

MOINHO CURITIBANO S.A.

CNPJ - 76.483.833/0001-12

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. Acionistas do Moinho Curitibaano S.A. para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas cumulativamente no dia 28 de abril de 2022, às 15:00 horas, na Cidade de Curitiba/PR, Município da sede da Companhia, excepcionalmente na Av. Anita Garibaldi, 850, Torre “C”, cj. 310, bairro Cabral, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** 1- deliberar sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2021; 2- deliberar sobre o resultado desse exercício. **Assembleia Geral Extraordinária:** 1- fixar o montante global e anual da remuneração da diretoria para o exercício de 2022; 2- deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Sociedade; 3- deliberar sobre a alteração do Art. 2º, do Estatuto Social, para indicar o novo endereço da Sociedade; 4- deliberar sobre a consolidação do Estatuto da Sociedade; e 5- outros assuntos de interesse da Sociedade. Curitiba/PR, 14 de abril de 2022. (a) Licia Barbosa Nicolau - Diretora Geral. (19/20/22)

AGROFLORESTAL PONTILHÃO S.A.
C.N.P.J. nº 93.796.894/0001-59 NIRE 41300090963

Companhia Fechada

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2022

Ficam convocados os senhores acionistas da AGROFLORESTAL PONTILHÃO S.A. (“Acionistas” e “Companhia”, respectivamente) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, **sof a forma exclusivamente digital e à distância**, nos termos do § 2º-A do artigo 124 da Lei n. 6.404/1979 e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 (“IN-DREI 81”), a ser realizada no dia 29 DE ABRIL DE 2022, às 10h30min, por meio da plataforma digital de reuniões SKYPE (“Assembleia” e “Plataforma Digital”, respectivamente), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2. examinar, discutir, deliberar e votar a Proposta da Administração (“Proposta”) sobre os resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021. **Informações Gerais:** 1. Os documentos do artigo 133 da Lei nº 6.404/1976 serão publicados na forma da Lei nº 6.404/1976 e estão disponíveis aos Acionistas no escritório de contabilidade Rozek & Cia, na Rua São Luiz, nº 60 - Centro, Santa Rosa - RS, 98780-186, telefone 55-3512.5033, e pela internet no Google Drive, no link: <https://drive.google.com/drive/folders/1nAd8AIBN4EKsXvw21wYlhvC8nETI61V?usp=sharing>. 2. A “Proposta”, a documentação pertinente à Ordem do Dia, o Boletim de Voto à Distância (“Boletim”), o “Manual de Partição na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022” (“Manual”) e os demais documentos previstos pela IN-DREI 81 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia estão disponíveis aos Acionistas pela internet no Google Drive por meio do link: <https://drive.google.com/drive/folders/1nAd8AIBN4EKsXvw21wYlhvC8nETI61V?usp=sharing>. 3. Considerando as recentes atualizações da pandemia de COVID-19 no Brasil, em razão das restrições à circulação e reunião de pessoas, a Assembleia será realizada **à distância e de modo exclusivamente digital**, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser: (a) via Boletim considerado válido pela sociedade; e (b) via plataforma digital de reuniões pela internet SKYPE, caso em que o Acionista poderá simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim. O envio do Boletim por si só corresponde à participação do Acionista na Assembleia. A participação na Assembleia por Acionista que não enviar o Boletim somente se caracterizará com o efetivo acesso ao conclave pela via digital. Só será admitida a participação na Assembleia, via Boletim, a Acionista que apresentar cópia do seu documento de identidade pessoal e eventual procuração com documento de identidade do seu respectivo procurador em anexo ao Boletim. A participação do Acionista via assembleia digital só será admitida mediante apresentação do seu documento de identidade pessoal e eventual procuração com documento de identidade do seu respectivo procurador até 30 (trinta) minutos antes do horário de início do conclave, enviados ao e-mail ago2021agroflorestalpontilhao@gmail.com dentro do prazo retro, e mediante exibição dos documentos por ocasião da admissão ao sistema digital. 4. O detalhamento e as informações completas de como os Acionistas poderão votar à distância e participar da Assembleia estão disponíveis pela internet no Manual e no Boletim, acessáveis no Google Drive pelo link: <https://drive.google.com/drive/folders/1nAd8AIBN4EKsXvw21wYlhvC8nETI61V?usp=sharing>. 5. Em decorrência da IN-DREI 81, a Assembleia não será realizada em nenhum local físico, mas, outrossim, será considerada como realizada na sede da sociedade para todos os fins legais.

São Mateus do Sul (PR), 18 de abril de 2022.

Clóvis Luiz Büttendender

Diretor-Presidente

CESBE PARTICIPAÇÕES S.A. | CNPJ/MF Nº 09.438.590/0001-03
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na forma do art. 123, da Lei nº 6.404/76, ficam os senhores acionistas da CESBE PARTICIPAÇÕES S.A., convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 11h00 do dia 29 de abril de 2022, na sede da Companhia, localizada na Rua João Negrão, 2226, 1º andar, em Curitiba, Paraná, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar, nos termos do art. 134 da Lei n. 6.404/1976, as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) Fixar a remuneração global anual da administração para o exercício de 2022. Curitiba, 20 de abril de 2022. (as.) Jacqueline Iwersen de Loyola e Silva e Erik Alexander Jenichen.

CESBE S.A. ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS

CNPJ/MF N.º 76.487.222/0001-42

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na forma do art. 123, da Lei nº 6.404/76, ficam os senhores acionistas da CESBE S.A. ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS, convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 09h00 do dia 28 de abril de 2022, na sede da Companhia, localizada na Rua João Negrão, 2226, em Curitiba, Paraná, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar, nos termos do art. 134 da Lei n. 6.404/1976, as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) Fixar a remuneração global anual da administração para o exercício de 2022. Curitiba, 20 de abril de 2022.

Jacqueline Iwersen de Loyola e Silva - Diretora Geral



Publicidade legal é coisa séria!

Consulte nossa equipe de Publicidade Legal:

Ligue 41 3333-9800
publegal@induscom.com.br
ou pl@induscom.com.br



As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 22/04/2022

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: <https://www.diarioinduscom.com.br/conteudo/publicidade-legal>

